

ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA NO SISTEMA GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Brazilian's strategy of geopolitical projection in the Brazilian's Geographical System

Estrategia brasileña de proyección geopolítica em el sistema geográfico brasileño

Wendell Teles de Lima¹

Ana Maria Libório de Oliveira²

Nilson Cesar Fraga³

Iatiçara Oliveira Silva⁴

Resumo

A constituição desse artigo é produto da pesquisa em andamento da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em nível de Doutorado tem-se como fomento a Fundação de Amparo e Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). O âmbito da pesquisa é baseada na constituição do sistema geográfico caribenho como parte integrante da atuação dos interesses brasileiro na projeção geopolítica no cenário internacional, sendo necessária sua análise para compreensão das diretrizes geopolíticas tomadas pelo Brasil no processo atual da retomada política de interesses que permeiam as ações governamentais atuais. Tem-se como base nesse processo de reflexão a pesquisa bibliográfica, e sua construção é dada pela teoria de Mário Travassos, baseada nos sistemas geográficos como elementos constituidores do território servindo como ação para as pretensões geopolíticas ao longo da história e no percurso atual, sua análise foi baseada em sistemas geográficos estruturantes para ação do país no continente sul-americano, fundamentados em antagonismos das bacias hidrográficas Platina e Amazônica. Ademais, na constituição dos sistemas geográficos externos dados pelo Atlântico versus Pacífico são partes dessa análise, sobretudo, tendo como foco o sistema caribenho em função das ações atuais do Brasil no Caribe, em que o processo de inserção brasileiro será demonstrado. Os sistemas geográficos atuais são pontos fundamentais para compreensão da análise geopolítica ainda em vigor na ação do nosso estado.

Palavra-chave: Geopolítica; Sistema geográfico; Bacia do Caribe.

Abstract

The constitution of this article is the product of ongoing research of the doctoral thesis under development at the Graduate Program in Geography from the Federal University of Paraná (UFPR) Doctoral level has as fostering and Research Foundation of Amazonas (FAPEAM). The scope of the research is based on the formation of the Caribbean geographic system as part of the performance of the Brazilian geopolitical interests in the projection on the international scene, his understanding of geopolitical analysis to guidelines adopted by Brazil in the current process of resumption of

¹ Doutorando em Geografia (UFPR). Mestre em Geografia (UNIR-RO). Especialista em Gestão Territorial (UFAM). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). E-mail: wendelltelesdelima@gmail.com

² Mestre em Amazônia. Professora Efetiva do Instituto Federal de Goiás/Itajaí. E-mail: analiborio@gmail.com

³ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Bolsista PQ/CNPq. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: nilsoncesarfraga@pq.cnpq.br

⁴ Doutoranda em Educação. Mestre em Genética. Professora efetiva do CSTB/UEA. E-mail: iaticaa@gmail.com

political interests is necessary that permeate current government actions. Has been based on this process of reflection in literature, and its construction is given by the theory of Mario Travassos, based on geographic systems as constitutive elements of the territory serving as action to geopolitical pretensions throughout history and in the current path, its analysis was based on geographical structuring systems to share the country on the South American continent, based on antagonisms watershed Platinum and Amazon. Moreover, the constitution of external geographic data systems by the Atlantic versus Pacific are part of this analysis, especially focusing on the Caribbean system based on the current actions of Brazil in the Caribbean, where the Brazilian process of insertion is shown. The current geographic systems are key to understanding the geopolitical analysis still in force in action in our state.

Keywords: Geopolitics; Geographic system; Caribbean basin.

Resumen

La constitución de este artículo es el producto de la investigación en curso de la tesis doctoral en desarrollo en el Programa de Posgrado en Geografía por la Universidad Federal de Paraná (UFPR) Nivel de Doctorado tiene como el fomento y la Fundación de Investigación del Amazonas (FAPEAM). El ámbito de la investigación se basa en la formación del sistema geográfico del Caribe, como parte de la realización de los intereses geopolíticos brasileños en la proyección en la escena internacional, su comprensión de análisis geopolítico de las directrices adoptadas por Brasil en el actual proceso de reanudación de los intereses políticos, es necesario que impregnan acciones del gobierno actual. Se ha basado en este proceso de reflexión en la literatura, y su construcción está dada por la teoría de Mario Travassos, basado en sistemas geográficos como constitutivos elementos del territorio que sirve de acción a las pretensiones geopolíticas largo de la historia y en el camino actual, su el análisis se basó en sistemas estructurantes geográficas para compartir el país en el continente de América del Sur, basada en los antagonismos de cuencas Platinum y Amazon. Por otra parte, la constitución de los sistemas de datos geográficos externos por el Atlántico frente del Pacífico forman parte de este análisis, sobre todo centrándose en el sistema del Caribe sobre la base de las acciones actuales de Brasil, en el Caribe, donde se muestra el proceso brasileño de inserción. Los sistemas geográficos actuales son clave para entender el análisis geopolítico sigue en vigor en la acción en nuestro estado.

Palabras-claves: Geopolítica; Sistema geográfico; Cuenca del caribe.

INTRODUÇÃO

Os sistemas geográficos são elementos estruturadores do território nacional observados pelo geopolítico Mário Travassos nos anos de 1930, que serviram de base para o desenvolvimento de sua teoria e compreensão atual do processo em curso da geopolítica brasileira. Tendo como meta as pretensões brasileiras de projeção no cenário internacional. Objetivando essa compreensão feita por um dos expoentes geopolíticos brasileiros será analisado a importância do sistema geográfico caribenho e a ação do estado brasileiro. A justificativa do aprofundamento dessa questão ocorre em função das ações brasileiras vistas recentemente na bacia caribenha. A metodologia será baseada por uma pesquisa bibliográfica para a compreensão das ações do país nesse sistema geográfico, a estruturação do trabalho ocorre na compreensão da teoria de travassiana baseada no sistema geográfico seguido pela análise do sistema geográfico caribenho, o terceiro ponto demonstrará a inserção no sistema e finalizando com as conclusões.

A TEORIA *TRAVASSIANA* PARA COMPREENSÃO DO SISTEMA GEOGRÁFICO

Para compreensão da ideia de projeção brasileira na bacia do pacífico faz-se necessária o entendimento de sistema geográfico por meio de uma concepção desenvolvida pelo teórico geopolítico general Mário Travassos, em que é repercutida nos anos de 1930, por meio de sua obra escrita tendo como consequências as críticas e ao mesmo tempo desperta nos demais países fronteiriços as pretensões brasileiras no continente sul-americano, sua obra terá o seguinte tema *Projeção Continental do Brasil* lançado em 1935, demonstrando o potencial brasileiro no jogo de forças geopolíticas no âmbito regional.

As preocupações em linhas gerais de sua obra ocorriam com a necessidade e reforço da coesão territorial, tratando-se de um país com grandes dimensões territoriais, a indigência dos meios de comunicação na constituição de fluxos e sinergia política, a constituição das grandes características físicas brasileiras ocorridas por duas grandes bacias hidrográficas e ao mesmo tempo a posição geográfica brasileira diante dos oceanos Atlântico e Pacífico, portanto, ocasionando sistemas antagônicos formados pela bacia do Prata, Amazonas, e Atlântico versus Pacífico. Magnoli (2003) constata que os sistemas geográficos serviram como base para constituição de uma cartografia oficial na pré-existência de um território antecipadamente existente, portanto, oficializada apenas pelos colonos e o império,

O “território natural” representado pela cartografia tornou-se – com a exceção significativa da Cisplatina – o território político brasileiro. Através das sucessivas confrontações militares na área platina e dos tratados fluviais e de limites na área amazônica, o Império aferiu-se, com coerência e firmeza, à imagem do país configurada naqueles documentos cartográficos e sustentada pela doutrina das fronteiras naturais. O Estado imperial concluiu, assim, o programa de construção da unidade que constituiu, em grande medida, a sua razão de existência. (MAGNOLI, 2003, p. 8)

A caracterização e análise serão feitas por meio desses elementos norteadores, tendo como conceito as bacias hidrográficas internas e externas que são constituídas por um conjunto de condições naturais denominadas sistemas geográficos, que formam as bacias do Prata Amazônica e bacias externas marítimas Atlântica e Pacífica. Cabe uma ressalva, que esses elementos para Travassos (1935) são fontes de estímulos geográficos, ou seja, aspectos físicos existentes nessas grandes áreas, e que se estimulados pelo estado transformam-se em agulhões geopolíticos.

Lembrando algumas premissas de pensamento de Friedrich Ratzel tem-se o valor político do território ocorrido pelas características de seu espaço extensão, forma, clima, relevo, etc., posição geográfica pontos importantes para Mário Travassos. Os recursos naturais existentes no território e posição são fundamentais para evolução de um estado

conforme a teoria *ratzeliana* e importante para o processo de pretensões hegemônicas analisando a teoria *travassiana*. Pretensões hegemônicas são observadas diretamente em Ratzel *apud* Pfrimer (2011) em sua relação direta entre solo e estado, e ao mesmo tempo relacionado à existência de recursos naturais, necessidades territoriais, leia-se expansionismo do estado conforme observado,

Na ideia política, não há não somente o povo, mas também o seu país. É por isso que apenas uma potência política pode progredir sobre um mesmo solo, de maneira a tirar dele todo o seu valor. Os direitos de um Estado sobre o solo de outro destroem a sua independência. Aquilo que uma segunda potência tira de um mesmo solo é perdido pela primeira. Não é como o crescimento de um carvalho que deixa ainda crescer erva sob a sua coroa. [p. 64] O Estado não pode tolerar um terceiro sem se enfraquecer com a presença dele sobre o seu solo (PFRIMER, 2011, p. 53).

Apesar de crítica ao longo da história sobre o pensamento *ratzeliano*, sobretudo, partindo da Escola francesa de geografia, sua ascensão, o geógrafo alemão conseguiu analisar o espaço pelo viés político Moraes (1990), assim como se pensou no caso de Travassos (1935), o seu pensamento não se restringiu ao determinismo geográfico em virtude ter observado a importância geopolítica dos sistemas geográficos. Hage (2013) já observava a relação entre análise dos recursos existentes e impulsos geopolíticos potencializadores na análise *travassiana*.

A Bolívia pelo seu planalto, província de Santa Cruz de *La Sierra*, fora considerada por alguns precursores brasileiros da moderna geopolítica, o *heartland* sul-americano. Em outras palavras, a “área pivô” na qual se desdobrariam conflitos e disputas de influência entre os dois maiores países do subcontinente, Argentina e Brasil sobre seus vizinhos. Para disputar e influenciar os Andes, bem como o Paraguai e Uruguai, Argentina e Brasil contariam com suas “áreas de manobra”, recursos geográficos, políticos e econômicos que apoiariam o impulso nacional dos mencionados países à projeção continental. No caso argentino, a manobra se daria pela vitalidade de Buenos Aires e seu porto fluvial. No aspecto brasileiro, a manobra se encontraria nos imensos recursos naturais do Mato Grosso (de então) e suas ascendentes cidades estrategicamente localizadas para a projeção brasileira sobre a América do Sul. Corumbá, Ponta-Porã e Campo Grande montariam o triângulo de articulação com o qual o Estado brasileiro faria sua manobra de atração regional (HAGE, 2013, p. 99).

Os impulsos existentes no território argentino como a localização de Buenos Aires no sistema platino e a existência de uma rede ferroviária demonstravam uma supremacia ao país portenho diante do Brasil, o que necessitava da ação brasileira que teria o Mato Grosso como plataforma de manobra.

Diferentemente da situação platina temos as condições concêntricas do sistema amazônico dado em função de boa parte dessa bacia está em território brasileiro, outro ponto

a ressaltar é que o campo de gravidade política representado pelas capitais dos países amazônicos exerciam poucas influências em sua Amazônia, pelo baixo poder de articulação com esses territórios que estabelece uma neutralidade política na região, a dependência desses países em função do sistema dendrítico dispõe a dependência desses países em direção ao Brasil.

Algumas ações para Travassos (1935), entretanto, faz-se necessário em função de possíveis ameaças a esse sistema como a conexão da bacia ao território nacional ocorrido pela união dos sistemas geográficos que era estratégica para coesão territorial e, dessa forma, neutralizar as intenções da Argentina em direção a essa bacia via Bolívia, as ingerências internacionais tendo como ponto chave a constituição de condômino entre países amazônicos que refletiria no fortalecimento do papel do Brasil na região e a neutralização das intenções norte-americanas como vista por Hage (2013),

Mas não havia somente o fantasma do crescimento argentino a assombrar a geopolítica de Travassos; havia outro mais forte, mas relativamente acalmado pela distância, visto que o Brasil estaria fora de sua área de articulação. Os Estados Unidos começam a se expandir politicamente pelo Caribe, Antilhas, mas logo se fazem aparecer na América do Sul. Fruto não somente de engenharia, mas também do expansionismo norte-americano o canal do Panamá é amostra de que Washington não deixaria de perturbar o equilíbrio regional. Para Travassos, os Estados Unidos teriam na Colômbia uma porta aberta para posteriormente penetrar na Bolívia e, por fim, adentrar na Amazônia, o que o Brasil temia (HAGE, 2013, p. 106).

A Amazônia é o liame entre os sistemas externos do Atlântico e Prata ponto de convergência desses dois sistemas fundamentais para pretensões de projeções brasileiras no continente sul-americano. Ao mesmo tempo, como já visto, medidas deveriam ser tomadas. Como podemos citar a construção da rodovia Madeira-Mamoré, que daria a excesso ao país boliviano mediterrânico uma porta de saída para o escoamento de sua produção, resultando no aumento da influência brasileira nesse país. Em Costa (1999) podemos observar passos dessa influência *travassiana* na constituição de políticas e no surgimento de próteses territoriais na região em direção as pretensões brasileiras,

Nas porções ocidental e setentrional do subcontinente onde, além do obstáculo representado pela Cordilheira dos Andes (com alguns poucos pasos e nudos que permitem a sua transposição), a floresta amazônica praticamente contínua (perto de cinco milhões de km² e parte da Bacia Amazônica que possui 7,5 milhões de km²) tem-se demonstrado um ecossistema extremamente avesso a tecnologias convencionais de transporte como rodovias, por exemplo. Mesmo ali, as iniciativas bilaterais de integração têm apresentado alguns resultados concretos, como a peruana, voltada para a construção da rodovia que se destina a interligar o

Porto de 110 ao Acre e à BR-364. Também é o caso da conclusão da pavimentação da rodovia BR-174, de Manaus a Boa Vista (Roraima), e daí para a fronteira com a Venezuela, onde se conecta com Caracas, também por rodovia asfaltada. Com esses dois últimos projetos, o Brasil finalmente concretiza a sua antiga aspiração de alcançar o Pacífico e o Caribe, O Peru alcança O Atlântico e a Venezuela redireciona parte dos seus fluxos para o sul do continente.... (COSTA, 1999, p. 33).

Os Nudos e Pasos permitem a transposição da Cordilheira Andina, dando à acessibilidade a vertente pacífica, onde alguns traçados já podem ser observados na constituição de vias de avanço em direção ao projeto brasileiro, idealizado por Travassos. Observado no momento atual como o surgimento da rodovia transoceânica, ligando o Brasil ao oceano Pacífico pelo Peru e Equador. Na constituição do sistema bio-oceânico, via Amazônia, tem-se ainda o direcionamento em direção ao sistema caribenho somado aos sistemas territoriais ligados pela rodovia federal Manaus – Boa Vista, dessa forma, ligando o país a Venezuela e ao mar do Caribe. Nos anos de 1990, observam-se algumas iniciativas proposta pelo governo brasileiro no fortalecimento do sistema amazônico, apontando para a constituição de grandes territoriais estruturais como feito pela Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), que apontada por Albuquerque (2013) como ainda insuficiente para o processo de integração da região,

A Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) foi pensada exatamente para pensar estrategicamente as redes regionais de transporte, entretanto, a integração da Amazônia Sul-Americana representa o elo geográfico mais débil. Para a Amazônia Setentrional são vertebrados apenas alguns eixos rodoviários, caso da BR 174 (Manaus-Caracas) e da Macapá-Guianas, mas a conexão entre ambas ocorre apenas nas Guianas, como se percebe no primeiro mapa abaixo (a estratégica Perimetral Norte ainda permanece engavetada). Pior ainda é a situação da Amazônia Ocidental, onde o eixo vertebrador continua sendo o Grande Rio e seus afluentes principais (ALBUQUERQUE, 2013, p. 957 - 958).

A constituição de novas vias é fundamental como apontada por Travassos (1935) ao processo de inserção do Brasil no cenário sul-americano e fundamental no reforço potencial dos sistemas geográficos, apesar de deficitárias, observam-se o interesse brasileiro e sua movimentação em direção aos sistemas do Pacífico e Caribe, privilegiando uma estratégia baseada nos sistemas modais, ou seja, a integração de infraestruturas e vias de acesso.

SISTEMA GEOGRÁFICO CARIBENHO

O mar do Caribe foi o porto seguro dos colonizadores servindo de base para o processo de colonização do continente americano, passado o processo de constituição, passa

a ter um caráter estratégico em função do surgimento de uma nova potência mundial, ou seja, os Estados Unidos, que começam a projetar-se pelo mundo através desse sistema geográfico em função de sua localização e posição de manobra, para geopolítica norte-americana mundial e repercutindo no conjunto das Américas, sendo assim, a constituição de uma nova visão faz-se presente diante das necessidades e ambições da nova potência no sistema mundial. Conforme Cairo (2008),

Na conformação da imaginação geopolítica de cada era, as universidades e os institutos de pesquisa desempenham um papel fundamental. É a geopolítica teórica que, junto à geopolítica prática dos intelectuais do Estado, como diplomatas e militares, conformam a visão geopolítica de cada Estado. Os modelos geopolíticos não só proporcionam uma representação do espaço perfeitamente ordenada, mas também são um locus de enunciação muito mais poderoso que o de outras representações do espaço. Os modelos são científicos, ou seja, são considerados verdadeiros e neutros – ignorando-se, freqüentemente, seu caráter interessado –, diferentemente do conhecimento formulado por diplomatas e militares que, obviamente, respondem a uma determinada visão do Estado (CAIRO, 2008, p. 222)

As teorias *ratzelianas* servem como base para o desenvolvimento das teorias clássicas e posteriores como a desenvolvida pelo Almirante A. T. Mahan da marinha americana, baseada no poder dos mares e oceanos, denominada teoria do poder marítimo, tendo como condicionante a própria localização e disposição dos Estados Unidos diante das bacias marítimas do Atlântico e Pacífico.

Uma das observações feitas pelo geopolítico foi a importância dos mares e oceanos pela potencialidade econômica que possuem para sua exploração, os fluxos econômicos existentes ocorrem também nas bacias em função do grande escoamento e das relações ocorrerem nos oceanos e mares.

O Almirante Mahan destaca a importância da articulação territorial com as costas marítimas para o desenvolvimento do projeto geopolítico, assim como, uma marinha mercante forte para própria proteção norte-americana. Algumas intervenções são também necessárias, as necessidades da nova potência a intervenção no Caribe e construção do Canal do Panamá.

A virada da posição norte-americana dentro do hemisfério ocidental se deu com o posicionamento estratégico no Caribe e na América Central conquistado na passagem do século XIX para o XX. Em 1902, o Tratado *Hay-Pauncefote* garantia o domínio exclusivo norte-americano sobre o Canal do Panamá, logo após a separação induzida do Panamá em relação à Colômbia, que resistia a cessão da zona do canal. No mesmo ano, a Marinha dos EUA se posicionou no Caribe para evitar o bloqueio dos

países europeus contra a Venezuela devido ao não pagamento de dívidas. Com a manobra, o objetivo dos Estados Unidos era retirar dos europeus qualquer iniciativa de se projetarem sobre as economias independentes na América. Essas duas ações, juntamente com a guerra hispano-americana, simbolizaram não só o ponto de inflexão temporal na projeção do poder norte-americano, mas também a extensão conquistada. Porém, a mesma postura assumida em relação ao “Mediterrâneo Americano” não podia ser replicada ao Sul dos países neogranadinos (MONTEIRO, 2011, p. 10-11).

Para o professor norte-americano, Nicholas Spykman, analisando o conjunto de terras emersas americanas são identificados as três áreas geopolíticas, uma com seu núcleo central, situada nos Estados Unidos (Figura 1), onde se pode identificar a América anglozônica, uma área de atuação natural dos Estados mediterrâneo americano, estratégica na união de dois oceanos pelo mar do Caribe, via canal do Panamá, e tendo na constituição desses sistemas a Colômbia, Venezuela e Guianas, a parte mais ao sul composto pelas influências de Brasil e Argentina.

Figura 01- Divisão geopolítica do continente americano segundo Spykman



Fonte: Monteiro

Países como Venezuela, Colômbia que se fragmentaram para originar o Panamá e as Guianas (Figura 01) fazem parte da área de atuação e influência dos Estados Unidos à

constituição desses países, ou seja, suas economias estão diretamente ligadas ao sistema caribenho.

A ocorrência da Guerra Fria (1947-1953) atenuou as intervenções nos países caribenhos, como na derrubada de governos. A intervenção militar, a disputa velada entre os Estados Unidos e Ex União Soviética representam a belicidade nesse sistema, tendo como consequência até os dias atuais o bloqueio norte-americano à ilha cubana.

Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são baixos ainda nessa sub-região, problemas fronteiriços são ainda pertinentes na América Central e mesmo na parte mais ao sul, entre Colômbia e Venezuela, apesar de ser uma rota econômica importante para os norte-americanos, ainda é caracterizada como uma região economicamente pouco expressiva comparada à atividade econômica existente na maioria dos países do continente americano baseadas em produto primários.

De acordo com Vlach (2003) o geopolítico Golbery Couto e Silva um dos últimos expoentes da primeira fase da geopolítica moderna brasileira analisava a importância do Brasil no Atlântico Sul, quanto guardião dos princípios ocidentais, que deve ser reconhecido pelos Estados Unidos em função da possibilidade de neutralizar alguns possíveis movimentos e que poderiam ocorrer na costa africana atlântica, e até mesmo na região caribenha, como em Cuba.

Por outro lado, esse “império terrestre” é ameaçado pela “agressão comunista indireta, que capitaliza os descontentamentos locais”, de maneira que o aparecimento “de um governo favorável à ideologia comunista” (Couto e Silva, 1981: 193) na América representaria um grave perigo. O autor faz, pois, referência à possibilidade de irrupção da guerrilha, no Brasil ou nos demais países da América Latina. O interessante é que ele faz esse registro em 1959, na ocasião em que Fidel Castro não havia definido ainda os verdadeiros rumos do movimento “revolucionário” que liderava em Cuba; aliás, parece que os estadunidenses não consideravam, na época, as guerrilhas como uma verdadeira ameaça para o continente. Pode-se supor que Golbery, com base no conhecimento dos “problemas brasileiros”, tenha antecipado o quadro conjuntural que se apresentaria como desafio na América Latina da década de 1960 (VLACH, 2003, p. 9-10).

A região caribenha era ponto importante nas preocupações dos principais geopolíticos brasileiros, devido possibilidade de ocorrer influências externas que podiam vir dos Estados Unidos em função de ser uma área natural de atuação e que poderia influenciar o sistema amazônico, ao mesmo tempo, influências comunistas poderiam afetar a integração do país.

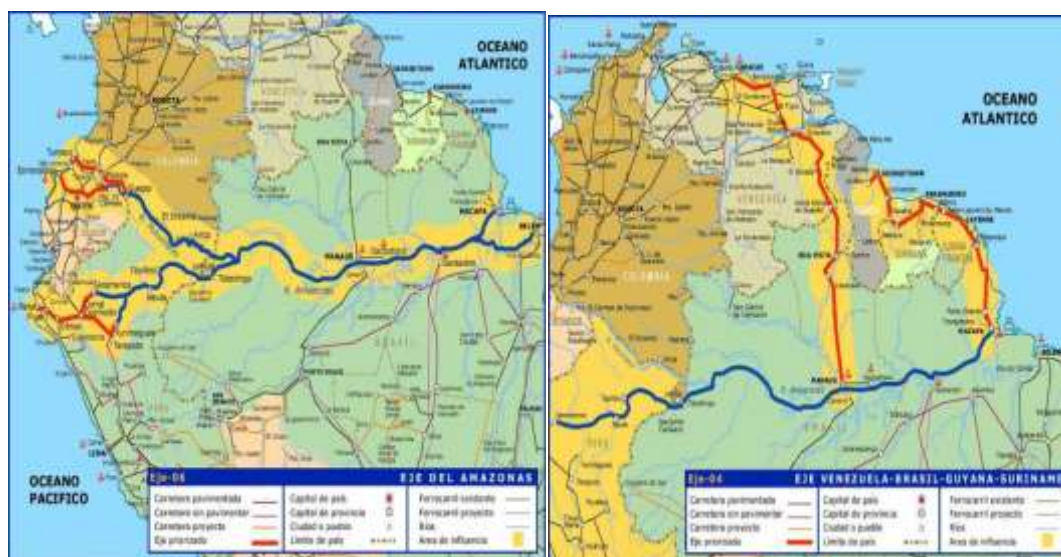
CARIBE NO ÂMBITO DAS PREOCUPAÇÕES BRASILEIRAS EM SEU PROJETO DE PROJEÇÃO INTERNACIONAL

No final do Século XX observa-se uma retomada aos desígnios geopolíticos traçados a partir dos anos de 1920, onde começa seu primeiro ciclo finalizado em 1985, com o estado desenvolvimentista, e retomado nos anos 1990 com o modelo neoliberal, tendo como cerne a constituição de espaço geoeconômico na América do Sul e incremento dos fluxos econômicos com os Estados Unidos, principalmente.

No final dos anos 90, estabelece-se uma nova forma gerencial centrada na economia e política, dando um caráter mais estratégico ao estado brasileiro em que perdura na atual fase. Entretanto, observa-se alguns direcionamentos nesse sentido, a diminuição da prioridade do sistema geográfico Atlântico Sul com a África, como antigamente muito intensa no governo Luis Inácio da Silva (LULA), diminuição da ação da política externa, tendo como um dos contextos entraves no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) por meio de problemas alfandegários entre o país e Argentina, somados com a crise desse país atualmente e da Venezuela comprometendo o bloco.

O arcabouço institucional, além disso, prevalece ao longo desse pequeno período de constituição e objetivação de uma geopolítica brasileira de projeção como alternativa em direção ao sistema caribenho, visando a direção do pacífico. Tendência essa observada nos anos de 1990, com o surgimento da IIRSA, observada e ao mesmo tempo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), grandes territórios de ligação continental direcionadas ao sistema caribenho e do pacífico (figura 2).

Figura 2 – Eixo de Integração e Desenvolvimento



Fonte: IIRSA

A constituição desses territoriais é baseada nos sistemas geográficos como mencionado, portanto, pegando a Calha do rio Amazonas a Rodovia Federal Manaus – Boa Vista, tendo como rota final a cidade de Caracas na Venezuela e possuindo na parte mais oriental a cidade de Macapá (Figura 2), a ligação do sistema das Guianas reforça o direcionamento brasileiro para o sistema caribenho. Becker (1999) analisa que o sucesso dos EID está relacionado à diretriz que eles serão promovidos

Em que pesem os inúmeros componentes de política territorial em curso na região, os EID constituem a estratégia decisiva para o desenvolvimento regional. Parte substancial do futuro da Amazônia será definida a partir de políticas referentes a esses eixos. A escolha de obras de infraestrutura como estratégia significa, por um lado, a reiteração do padrão concentrado da vida regional. Os EID tenderão a atrair investimentos e migrantes e a intensificar a pressão sobre a floresta. Mas os EID também abrirão novas oportunidades econômicas para a população amazônica. O sucesso dessa estratégia dependerá de uma série de políticas e medidas integradas que levem em consideração as lições do passado e a complexidade atual da região, exigindo rigor na sua execução, de modo a transformar os EID em instrumentos de ordenação do território. Atribuir um novo conteúdo a uma estratégia antiga é o desafio que se coloca para o sucesso dos EID. Estratégia antiga, mas com novos atores. O Estado tem apenas papel indutor, em aliança com os governos estaduais, seu planejamento e execução sendo atribuição do setor privado, o que acentua o desafio dessa estratégia, cuja filosofia, inclusive, não é claramente explicitada (BECKER, 1999, p.35).

O Desenvolvimento da integração como a entrada plena da Venezuela no MERCOSUL é fundamental para o processo de ampliação das atividades geopolíticas na bacia caribenha somada a constituição dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID). O processo de integração entre Brasil e Venezuela foi amadurecendo ao longo do período, os problemas de diferentes esferas com os Estados Unidos e a própria Colômbia dada por problemas fronteiriços, a escassez de produtos para o consumo interno e a dependência do petróleo geraram o enfraquecimento da ação venezuelana no sistema caribenho ou a diminuição de sua atuação. No entanto, sua base econômica é voltada ainda para o sistema caribenho, e outras áreas foram priorizadas no governo Chávez, objetivando o processo de integração e ao mesmo tempo inserindo as demais regiões do país ao processo de integração econômica, conforme Barros *et al* (2011),

No início do governo Hugo Chávez, a Venezuela demonstrou que daria maior ênfase às vizinhanças na política externa, elegendo quatro áreas básicas amazônica, caribenha, atlântica e andina. Isto é reforçado, ainda, pela intenção manifesta de ingressar no Mercosul como membro

associado logo no começo do governo Hugo Chávez. Ademais, além do potencial de cooperação entre os países, passou a prevalecer uma significativa convergência entre as relações estratégicas de Brasil e Venezuela, especialmente a partir do governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), marcou no qual as relações entre os países foram amplamente retomadas e intensificadas. Tanto para o governo brasileiro quanto para o venezuelano a relação bilateral se tornou “aliança estratégica” formalizada em 2005, não apenas para as ações de política internacional no âmbito regional, mas também no âmbito extrarregional. A prioridade das relações bilaterais para os dois países foi reforçada pelos encontros presidenciais trimestrais, os quais ocorrem desde 2007 (BARROS *et al.* 2011, p. 35)

No governo Dilma Russef (2010-2014) observa-se que no fim de seu mandato há a aproximação estratégica mais energética com Cuba, com a instalação do Porto marítimo de Mariel, portanto, demonstrando a prioridade dessa aproximação no sistema caribenho. A finalidade é incrementar os fluxos econômicos brasileiros com esse país, pois é o terceiro maior importador para ilha, a visão é aumentar a produção conjunta, voltada para os produtos farmacêuticos, exportar produtos aprimorados, como os industrializados. Competindo diretamente com os Estados Unidos e México, escoamento da produção brasileira em direção ao pacífico, este porto será o terceiro maior da América Latina sendo, portanto, fundamental para o processo de projeção geopolítica brasileira. De acordo com Albuquerque (2010) a geopolítica atual brasileira é pautada em três temáticas, sendo uma voltada para proteção das fronteiras, preocupação com a integração territorial e projeção no Atlântico que em sua concepção direcionam as políticas territoriais,

Com a redemocratização em meados da década de 1980, esse grupo geopolítico vai perder poder de influência na política externa, mas ainda continua participando ativamente das políticas de defesa, especialmente a partir da produção da Escola Superior de Guerra (ESG), embora tenha que compor com especialistas civis e políticos. Assim, argumentamos que é possível identificar certos traços de continuidade no pensamento geopolítico oficial durante esse longo período compreendido entre as décadas de 30 e a atual, cuja agenda converge para três linhas de raciocínio basilares: a) a questão da unidade/integração nacional; b) a defesa das fronteiras terrestres contra eventuais agressões de países vizinhos; c) a importância da manutenção das linhas de comunicação do Atlântico Sul. Esses verdadeiros objetivos nacionais permanentes se refletiram e refletem nas projeções de poder do Estado brasileiro, tanto em sua dimensão interna quanto externa (ALBUQUERQUE, 2010, p. 75)

Os incrementos econômicos ligados à ascensão da China na bacia do Pacífico e a localização geográfica da amazônica determinam novas necessidades do estado brasileiro,

uma prioridade em direção ao sistema caribenho e pacífico, sendo assim, começa a ocorrer investimentos como em torno da construção do Porto de Mariel (Cuba), tendo como financiador o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) como um dos grandes financiadores de infraestrutura, um conjunto de obras serão fomentados no continente latino, direcionando a esses sistemas geográficos.

A atuação do Brasil no sistema caribenho e do próprio pacífico é justificado pelas necessidades prioritárias de inserção internacional do Brasil, nesses dois sistemas, ratificando é em função do incremento dos frutos econômicos. Travassos (1935) e geopolíticos posteriores demonstravam esses sistemas em menor escala de análise, dando prioridade ao Atlântico sul, a mudança de prioridade em direção a essas rotas é função da conjuntura atual, como alertado pela importância geoestratégica da China.

Além das iniciativas do BNDS como um dos principais fomentadores no processo de integração e ao mesmo tempo sendo órgão estratégico, e diante das pretensões brasileiros, vários organismos institucionais surgem como parte da arquitetura brasileira em direção ao Caribe para o seu fortalecimento e aproximação como no surgimento da Comunidade dos Estados Latino – Americanos e Caribenhos conforme Barros *et al* (2013),

A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), criada em Caracas, em 2011, sob forte influência do presidente venezuelano Hugo Chávez, foi a institucionalização da Cúpula de Desenvolvimento e Integração da América Latina e Caribe (CALC). A inédita articulação de todos os países da América Latina e do Caribe, inclusive Cuba, sem a participação de Estados Unidos ou Canadá foi amplamente apoiada pela política externa brasileira. Ainda que se trate de um projeto com menos possibilidades políticas de alcançar resultados concretos devido ao grande número de países membros (trinta e dois) e às grandes divergências políticas e de modelos de desenvolvimento entre eles, a Celac cumpre a importante função simbólica de atualizar o latino-americanismo e expandi-lo para o espaço do Caribe, aprofundando vínculos com uma área historicamente mais propensa a influências extra-regionais (Estados Unidos, Reino Unido, França, Holanda). A presença de Cuba sinaliza para o fim do isolamento da ilha e aponta para a crescente autonomia dos Estados da região frente a potências tradicionais (BARROS *et al*, 2013, p. 18).

A CELAC tem um papel fundamental em aproximar países da América Central e o Caribe mais a América do Sul, representando uma opção política as Organizações dos Estados Americanos (OEA), ela não tem como membro os Estados Unidos e o Canadá propondo-se a ser um canal de diálogo e ação de novos protagonistas regionais como o brasileiro.

Ainda que a Celac tenha sido mais fortemente impulsionada pelos países bolivarianos (Venezuela, Bolívia e Equador), a criação do bloco teve como precedente direto a Cúpula América Latina e Caribe (CALC) realizada pela primeira vez em 2008, em Salvador da Bahia, o que simboliza a consolidação, defendida pela política externa brasileira, de uma integração por escalas por meio de círculos concêntricos representados pelos blocos Mercosul – Unasul – Celac. Antes do que competirem entre si, esses blocos representam esforços diferentes em escopo e objetivos e complementam-se ao consolidar a política de defesa da integração na região. Para o Brasil, a Celac representa, ademais, a reafirmação da autonomia regional face aos Estados Unidos e a novas potências emergentes, como a China, que vem conquistando espaços no continente e, inclusive, nas relações econômicas com parceiros estratégicos, como a Venezuela, além da própria economia nacional (VADELL, 2010). No âmbito da acirrada disputa da política internacional, dentro de uma lógica de condomínios de poder, a Celac é, então, uma declaração de intenções no sentido de reduzir o í estratégico, que sumado a la amplitud de sus aspiraciones, plantean interrogantes que apuntan a sus fortalezas y debilidades (LLENDERROZAS, 2013, p. 183-184).

Os problemas dos países Caribenhos estão não esfera das atividades econômicas e diferentes indicadores sociais de inclusão incipientes, comparada aos países da América do Sul, os problemas fronteira, ainda fazem parte da constituição desses países, como no caso da América Central e mesmo na região insular, como no caso do Haiti e República Dominicana.

Sua posição geográfica ainda é parte fundamental para pretensões hegemônicas, portanto, sendo uma área de interseção entre os dois principais sistemas geográficos do mundo, além de seu papel mediterrânico a criação de instituições como CELAC estabelecem novos canais de atuação dos países diante do predomínio dos Estados Unidos. Na Tabela abaixo, observa-se as ações do Brasil no sistema caribenho demonstrando a intensificação de suas ações no final do Século XX ao início do Século XXI.

Tabela 1 – Ação Geopolítica brasileira no Sistema Geográfico Caribenho

Geopolítica Externa na Bacia do Caribe		
Países	Objetivos	Ações Externas
Honduras	Estabilidade Política	Apoio a Organização dos Estados Americanos (OEA) e aos líderes políticos eleitos democraticamente
Haiti	Estabilidade Política e Pretensões de Assento Permanente na Organização das Nações Unidas (ONU)	Envio do Exército Brasileiro para o combate as milícias haitianas para o equilíbrio político
Cuba	Maior Presença Geopolítica e Econômica do País no Sistema Caribenho	Construção do Porto de Mariel com recursos do Banco Nacional Social de Desenvolvimento (BNDS)

Fonte: W. T. L.

O alargamento do canal do Panamá ainda em curso abre espaço maior para o aumento do escoamento da produção de bens produzidos e levados por grandes navios de grandes portes, fortalecendo a importância dessa via mediterrânea. Sendo, portanto, fundamental a Zona de Processo e Exportação no Porto de Mariel, de iniciativa brasileira. A diversificação das atividades econômicas brasileiras, o bloqueio continental feito a Cuba pelos norte-americanos são pontos positivos que favorecem a atuação brasileira no sistema geográfico caribenho. O desenvolvimento de indústrias, laboratórios de farmacológica é pretendida pela parceria entre os governos cubanos e brasileiro onde podem tornar a zona de processamento como ponto principal desse segmento no mundo.

CONCLUSÃO

Os sistemas geográficos serviram de base para compreensão do processo de estruturação do país sendo fundamental para as pretensões geopolíticas brasileiras do qual teve grande repercussão no cenário sul-americano ocorrido pela obra do Geopolítico Mário Travassos tendo várias críticas nos países limítrofes, sobretudo, na Argentina questionando as pretensões brasileiras no continente.

A preponderância das análises voltadas para o sistema platino e atlântico pela obra desse político ocorreu em função do momento vivido pelo país, as novas ações governamentais ocorridas em 1930 estendendo-se até os anos 1985 norteiam futuramente as ações mais concretas nos sistemas geográfico amazônico e caribenho.

As pretensões relacionadas ao sistema caribenho ocorrem, sobretudo, em função das projeções brasileiras no cenário internacional em direção ao sistema do pacífico, onde se observa o grande incremento dos fluxos econômicos mundiais convergindo com as atuações recentes dos governos brasileiros em direção ao Caribe.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional. **Oikos**, V.9, N.1, p. 67-82, 2010.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. A Geopolítica da Amazônia. **GEONORTE**. Edição Especial 3, V.7, N.1, p.945-964, 2013.

BARROS, Pedro Silva, PADULA, Raphael, SEVERO, Luciano W. A integração Brasil – Venezuela e o eixo Amazônia – Orinoco. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 7, p. 33 – 41 jul. set. 2011.

BARROS, Pedro Silva, RAMOS, Felipe S. O Novo Mapa da Integração Latino-Americana: balanço e perspectiva da estratégia da política externa brasileira para a região (2003-2013). **Revista REVIU**, Vol. 1, Num. 2, p. 7-20, 2013.

BECKER, Bertha. K. Os Eixos Integração e Desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, ano IV, nº 6, p. 29 -42, jan./jun,1999.

CAIRO, Heriberto. A América Latina nos Modelos Geopolíticos Modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 221-237, Maio/Ago. 2008.

COSTA, Wanderley Messias da. Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto da Integração Sul-Americana. **Revista Território**., ano IV. Nº 7, p. 25·41. juJ./dez. 1999.

HAGE, Alexandre Altahyde. Mario Travassos e a geopolítica brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com Imperialismos. **Revista de Geopolítica**, v. 4, nº 1, p. 98 – 114, jan./jun. 2013.

LLENDERROZAS, Elsa. Política Exterior Latinoamericana y la Comunidad de estados Latinoamericanos y Caribeños. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.2, n.4. p.183-205 Jul/Dez. 2013.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu Território. **Terra Brasilis**, V. 4-5, p. 1-9. 2003.

MONTEIRO, L. C. R. Da defesa hemisférica à segurança regional: a América do Sul nas construções teóricas de Nicholas Spykman (1942) e Buzan e Weaver (2003) In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, TERRITÓRIO E PODER, 2, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2011. p.1-16.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PFRIMER, Matheus. A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I O Estado como organismo ligado ao solo [p. 59] Friedrich Ratzel. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. 29, p.51-58, 2011.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**, V. 4-5, p. 1-13. 2003.